

Cartas a Nabuco: Uma leitura de André Rebouças¹

Anelito de Oliveira*

“Mas parece que está escripto”.

André Rebouças

Carta a Joaquim Nabuco, 6 de julho de 1889

1.

Em geral, as abordagens da obra de André Rebouças, desde o trecho inaugural de Joaquim Nabuco (1949) provavelmente escrito em 1895 e coligido no seu *Minha formação*, cuja primeira edição aparece em 1900, concentram-se nele mesmo, como se ele fosse a obra, ou a parte mais significativa desta. Trata-se de trabalhos elaborados sobretudo no campo dos estudos historiográficos ou memorialísticos e empenhados em resgatar um dos principais nomes do movimento social abolicionista, um dos primeiros engenheiros negros do país ou mesmo uma das figuras mais controversas do período de transição da monarquia para a república no Brasil. Ressalta-se nesses estudos – especialmente a partir de 1939, quando Ignácio José Veríssimo, ainda no ritmo da comemoração do centenário de nascimento do engenheiro baiano, efeméride que teve lugar em 1938, publica *André Rebouças através de sua Auto-biografia* – um desejo de fazer justiça a um sujeito histórico injustiçado por uma determinada escrita da história, gesto que sugere, se já não revela, o pressuposto de que a justiça mesma é, fundamentalmente, uma questão de escrita, de escrita da história, de representação, portanto.

Escrevendo-se sobre Rebouças, repensando-se sua trajetória, com a finalidade de romper com a ignorância a seu respeito pelas novas gerações, como pontua Veríssimo, pode-se promover o seu merecido reconhecimento. Representação e reconhecimento, assim, desdobram-se como duas dimensões de um objeto que, por sua vez, constitui a especificidade contemporânea – e já pensemos em toda a complexidade da noção de contemporaneidade aguçada recentemente por Giorgio Agamben (2009), no que vem a ser realmente isso para além das aparências – do campo das letras: a escrita. Paradoxalmente, André Rebouças ainda não é objeto de reflexão sistemática nesse campo, apesar de toda a diversidade de interesse e

¹ Texto publicado sob o título de “Cartas a Nabuco: o ensaio como crise em André Rebouças” no livro *O ensaio negro ibero-americano em questão: apontamentos para uma possível historiografia*, organizado por Rodrigo Vasconcelos Machado, publicação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

métodos que tem caracterizado esse mesmo campo no país especialmente dos anos 1990 para cá, apesar de toda interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, multidisciplinaridade etc. Não só Rebouças é ainda hoje ignorado pelo campo das letras, mas também outros sujeitos seus parentes que atuaram no seu tempo e espaço, no século XIX, em campos não-literários, como no Direito, caso do seu pai Antonio Pereira Rebouças, e mesmo na Engenharia, caso dos seus irmãos Antonio Rebouças e José Rebouças.

Poder-se-ia falar numa maldição familiar, numa resistência aos audaciosos, polêmicos, Rebouças, caso outras singularidades igualmente negras daquele momento – o advogado e poeta Luiz Gama, o jornalista e empresário José do Patrocínio, o editor e poeta Paula Brito, o engenheiro e professor Theodoro Sampaio, por exemplo – também não fossem ainda ignoradas pelo campo das letras, consideradas mais interessantes, quando muito, pelo campo de estudos sobre a história. A referência a Luiz Gama dos anos 1990 para cá, traduzida em gestos como a reedição de sua poesia pela Martins Fontes e no reconhecimento da sua obra como estruturante da literatura afro-brasileira pelo monumental *Literatura e afrodescendência no Brasil* organizado por Eduardo de Assis Duarte e publicado pela Editora UFMG, não significa que o campo das letras já o vê como um escritor literário “tout court”, um poeta, e não mais como um advogado abolicionista, autor de textos engajados na luta anti-escravagista e de duvidoso valor estético. Na visível resistência, no espaço acadêmico de estudos das letras no Brasil contraditoriamente moderno, a sujeitos como André Rebouças, que não eram literatos propriamente ditos, devotados à produção de obras especificamente literárias, revela-se um limite epistemológico que só se explica a contento em termos políticos, ou seja, como limite ideológico.

Com base nos estudos instigantes de Pierre Bourdieu (1974, 2009, 2010, 2012, 2014) sobre a estruturação e funcionamento dos campos na vida social, sobre a economia e poder simbólicos, sobre o esteticismo e a ação, pode-se afirmar que um determinado conhecimento sobre a escrita em geral, e sobre a escrita literária em particular, cultivado por uma determinada categoria profissional, vinculada obviamente a uma determinada classe econômica, decide o que cabe ou não cabe no campo das letras, quais objetos são importantes para o conhecimento que se pretende produzir, que já se começa a produzir, portanto, a partir da escolha de objetos, do interesse por isso, aquilo, aquele ou aquela. Daí a impertinência, para não dizer ingenuidade, de se pensar que sujeitos pesquisadores do campo das letras, ao contrário de sujeitos pesquisadores do campo da história, ignoram que a escrita é a via para a promoção de justiça à medida justamente que é representação e, como tal, reconhecimento, que pode ser positivo tanto quanto negativo, claro, mesmo sendo aparentemente descritivo, supostamente neutro. O fato, terrível sob todos os aspectos, é que não é interessante para nenhum campo societário, não só para o campo das letras, fazer justiça a todos os sujeitos, que os sujeitos sociais em geral – e os sujeitos da cena do conhecimento científico não são exceção – não procedem de maneira justa em relação aos seus semelhantes.

Ao contrário do que muitos supõem, também os sujeitos do campo científico estão em constante disputa pelo poder sobre a história social, comprovando que não há, evidentemente, neutralidade nem mesmo nas ciências aparentemente mais neutras, nas exatas, por exemplo, praticadas pelo engenheiro André Rebouças, como o próprio o demonstra na recorrente imagem do triângulo com que Maria Alice Rezende de Carvalho abre o seu *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*, a

metáfora irônica da “triangulação” que tanto divertia Joaquim Nabuco, que a recorda na *Minha formação*: “Nabuco liberal, Taunay conservador, Rebouças sem partido”, assim distribuiu Rebouças, com fina ironia, os três amigos entre os três ângulos da forma triangular num caderno numa espécie de desvelação do caráter político, interessado, na própria matemática. Assim, o desinteresse por André Rebouças da parte do campo das letras brasileiras na atualidade, precisamente no meio acadêmico, se se considera algo impossível a ignorância pura e simples, parece mais interessado quando se tem em vista a sua vasta obra escrita. Não se trata, portanto, de um sujeito alheio ao mundo escrito, mas, pelo contrário, de um sujeito que esteve, como poucos da sua estirpe étnica e econômica, também imerso no mundo escrito, que se constituiu, também, a partir da mediação privilegiada da escrita. Apenas não era, não foi, o tipo de escrita valorizado, superestimado, festejado, como mais importante que os demais tipos de escrita: a escrita literária.

2.

André Rebouças escreveu relatórios de pesquisa geográfica, geológica, hidrográfica, cálculos matemáticos, projetos das primeiras grandes obras portuárias do país, memoriais de obras de engenharia civil executadas sob sua supervisão e do irmão Antonio Rebouças, um grande e pioneiro ensaio sobre agricultura política publicado em 1883 e absurdamente atual ao defender uma “democracia rural”, sob o título de *Agricultura nacional: propaganda abolicionista*, apontamentos de astronomia, artigos sobre temas diversos – economia, política, direito, ciência, colonialismo, relações internacionais, saúde pública, música erudita etc – publicados em jornais brasileiros, como o “Cidade do Rio” de José do Patrocínio, no jornal “Novo Mundo”, criado e editado pelo jornalista fluminense José Carlos Rodrigues em Nova York nos anos 1880, em jornais portugueses e no *Times* inglês, além de diários reunidos em inúmeros cadernos, os quais tiveram até hoje apenas uma compilação em 1938, por ocasião do já referido centenário de nascimento de Rebouças, sob o título de *Diário e Notas Auto-biográficas*, edição organizada por Ana Flora e Ignácio José Veríssimo (1938), um grande número de cartas e outros textos – inclusive traduções de Virgílio, a crer em apontamento de Veríssimo (1939).

Em linhas gerais, André Rebouças praticou, aparentemente – sempre aparentemente, se reconhecemos produtividade no questionamento das verdades estabelecidas – por força do ofício, o que se convencionou chamar de escrita técnica. Todavia, como postula Raymond Williams (2014) ao elucidar, nas entrevistas ao “New Left Review”, seu próprio método exercitado em livros como *The country and the city*, precisamos partir mesmo é das convenções para chegar a uma compreensão mais razoável, menos ingênua, sobre a história social: “escrita técnica”, no caso, é uma convenção tanto quanto o que se entende, de fins do século XVIII para cá, como “escrita literária”. Não devemos nos limitar a apenas elencar e informar sobre as convenções que se apresentam em cada contexto, como frequentemente se faz no âmbito dos estudos literários nas faculdades de letras brasileiras, mas, tanto quanto possível, tensioná-las, dissecá-las, desmascará-las, revelar aquilo que, no fundo, velam, escondem como parte de um jogo, digamos, político-epistemológico. Convenções são produzidas como parte do jogo social, que é sempre jogo de poder, independente até de os jogadores terem consciência sobre isso, nenhuma convenção é, por isso mesmo, desinteressada, até porque não há possibilidade, como afirma de modo insistente Pierre Bourdieu (2013), de uma ação social realmente desinteressada.

Pensando com Williams, podemos dizer que convenções comportam valores culturais, morais, éticos, políticos, religiosos, étnicos, sexuais, econômicos, geográficos, filosóficos, de tal forma que não podem ser tomadas ingenuamente como caprichos individuais, pois que são representações sociais, coletivas. No limite, pode-se pensar que convenções são códigos de conduta social, unidades discursivas com força de lei, quando não formatadas como leis, dotadas de “forma jurídica”, no sentido articulado por Michel Foucault (2008). E leis pode-se dizer ainda, investidas de verdades autoritárias, que os indivíduos obedecem obrigatoriamente, assimilam, praticam, sob pena de serem punidos, desqualificados, excluídos, especialmente, dos grupos privilegiados, das elites que têm, ao longo da modernidade ocidental, o “graphos”, a escrita, como um dado valorativo comum. Toda exclusão passa, fundamentalmente, por esse dado, a partir do qual as elites iluministas operam a seletividade social, incluem uns e excluem quase todos os historicamente subalternizados, que não falam, para lembrar Gayatri Spivak (1999), não “contam” efetivamente no jogo social, não participam das grandes decisões, porque não “escrevem”. O “grafos” enquanto dado valorativo é, evidentemente, estruturante de tantos outros dados que, quando não ignorados, são tomados nos estudos literários, bem como nos estudos no campo das ciências humanas e sociais em geral, como portadores de uma razão suficiente, cujo questionamento seria desnecessário.

Tomam-se, por exemplo, civilidade, humanidade, verdade, identidade, moralidade, cientificidade e criatividade, categorias universais clássicas, modernas e contemporâneas, como dados suficientes, quando se trata de dados derivados da escrita. São dados estruturados pela cultura escrita ocidental, mais ainda, uma cultura escrita apenas urbana, dados cuja validade depende, evidentemente, do mundo escrito, que não constitui, por sua vez, a totalidade mundana. As elites dominantes, ontem como hoje, não reconhecem humanidade, tampouco seu correlato civilidade, nos ágrafos, nos sem escrita, nos indígenas, nos aborígenes, nos negros, nos que essas mesmas elites ridicularizam frequentemente como nativos, diferentes, exóticos, animistas, primitivos, enfim, “comunidades tradicionais”. Preserva-se, e se expressa através de expedientes discursivos diversos, como a famigerada zoomorfização, uma percepção que remonta à *Política* de Aristóteles. Ali, como se sabe, os sem escrita, sem discurso, sem “logos”, são percebidos como animais, inabilitados para o exercício da cidadania, ficando as elites letradas, portanto, autorizadas a submetê-los a todas as formas possíveis e impossíveis – não há impossível para os donos da história – de barbárie.

Em face disso, que passou a ser “vendido” como um lugar comum nos meios acadêmicos brasileiros a partir da segunda metade do século XX, em sintonia ideológica com a restauração do Ocidente depois da guerra e o desenvolvimentismo liderado por Juscelino Kubitschek, a tomada de dados derivados como suficientes revela um nefasto interesse da parte de quem produz conhecimento acreditado como tal – a elite científica, evidentemente. Trata-se do interesse de não enfrentar o que realmente precisa ser enfrentado, o núcleo duro, digamos, da problemática, o próprio problema, que é, no caso de André Rebouças, a escrita, a qualidade técnica dessa escrita, a suposta neutralidade dessa escrita, a ausência de literariedade, como diriam os formalistas russos, nessa escrita. Esse enfrentamento me parece produtivo, em termos metodológicos, a partir de um movimento hermenêutico ambivalente, arqueológico, por um lado, e fenomenológico, por outro, configurando algo como, sem qualquer pretensão a originalidade metodológica, uma arqueologia fenomenológica, fundindo, a partir do gesto fértil de Michel Foucault (1985), elementos de dois campos

de conhecimento aparentemente estranhos, a Arqueologia e a Filosofia, numa tentativa de compreensão do “eidos” da “arquê”, ou seja, da forma do princípio.

3.

O acervo escrito de Rebouças como um todo, mas especialmente seus diários e cartas, é, pela sua materialidade mesma, um convite à arqueologia sistemática do que, há muitos anos, o colecionador e artista plástico baiano, Emmanoel Araújo (2015), chamou, numa entrevista que hoje está disponível no portal eletrônico afroportuguês “Buala”, de “uma cultura soterrada”, aquela que consiste na soma dos muitos fazeres dos negros no país e que, lamentavelmente, encontra-se recalçada em nome, acrescento aqui, da positivista ideologia da “ordem e progresso” estampada na bandeira nacional. Arqueologia necessária de um saber outro que, no caso de Rebouças, é sobre o período decisivo da formação da própria nacionalidade brasileira, em que não só o “quinto século”, o passado século XX, foi decidido, mas todos os demais séculos posteriores ao século XIX, como estamos testemunhado aqui na segunda década do século XXI: estamos, em termos políticos, numa república, numa federação, numa democracia.

Estamos, em termos econômicos, no capitalismo, no liberalismo, no mercado; e estamos, em termos socioculturais amplos, sob a égide do Esclarecimento desmascarado por Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985) no seu esforço de dialetização negativa do processo de modernização ocidental. Estamos funcionando ainda, inegavelmente, a partir de preceitos eurocêntricos, logocêntricos, etnocêntricos, alheios às nossas especificidades históricas locais, como peças dóceis da máquina colonialista. Precisamos, os subalternos, desmontar, destruir essa máquina de produção de desumanizações, parar a locomotiva desgovernada, monstruosa, injusta, da história, para recordar a imagem preciosa de Walter Benjamin (1994) em suas “Teses sobre o conceito de história”, e o primeiro passo é, sem dúvida, compreender como essa máquina foi acionada, melhor, acelerada, ali naquelas três últimas décadas do século XIX, dos anos 1870 a 1890. A montagem dessa máquina tem impulso importante ainda no século XVII, como Alfredo Bosi (1994) procurou demonstrar no seu *Dialética da Colonização*, com a entrada do capital inglês na “larga barra” baiana, na expressão agressivamente sensual de Gregório de Matos. Entretanto, o acionamento decisivo dessa máquina se dá, obviamente, com a abolição legal do trabalho escravo, a destruição da monarquia e a imposição da República.

André Rebouças não foi apenas o principal agente do movimento abolicionista, como o reconhece Joaquim Nabuco, mas o sujeito – no sentido histórico-filosófico postulado por um Alain Badiou (1994), aquele resultante de um processo, que se situa no ápice desse processo – mais crítico, em todos os aspectos, mais investido de “krisis”, mais mergulhado na crise constituinte dos três eventos. A partir dele, por isso mesmo, é possível compreender o caráter profundamente aporético, de difícil solução, desses eventos que não aparece, claro, na superfície desses mesmos eventos, pois estão na engrenagem da máquina produtora dos eventos, subsumidos, dir-se-ia. Daí a necessidade, precisamente, voltando uma vez mais à questão metodológica, de uma arqueologia fenomenológica: fenomenologicamente, isto é, promovendo a chamada “redução eidética” postulada por Edmund Husserl (2001), é possível atravessar as aparências – a convenção discursiva, o aspecto técnico da escrita de Rebouças – e acessar as “coisas mesmas”, o encoberto pelas aparências, sair do externo, do aparentemente resolvido, e avançar no sentido de apreender compreensivamente o interno, o irresolvido, o conturbado, o informe.

O “modus operandis” da Arqueologia mesma, tradicional, marcado pela materialidade, pelo contato com objetos materiais, é um antídoto eficaz à tendência ao essencialismo, ao transcendentalismo, que tende a comprometer, sem dúvida, a abordagem fenomenológica da vida social, a culminar num apagamento nocivo da história, ao negligenciamento das relações materiais características toda a história humana. Arqueologicamente, é possível chegar à essência como substância material a partir da “redução eidética” do vasto acervo material de André Rebouças, de formas que não são apenas ideais, que são “coisais”, digamos, também, atravessadas por índices de objetividade, melhor dizendo, de uma objetividade existenciária, que nos remetem, de modo enigmático, à experiência história de um sujeito. Ocupa lugar de destaque nesse arquivo a correspondência ativa do engenheiro negro, escrita de próprio punho, ao longo da vida e, especialmente a correspondência derradeira, mais próxima da sua morte, como a que direcionou ao amigo Joaquim Nabuco na década de 1890, a década das consequências, das culminações, do que foi sonhado e realizado nas décadas anteriores, sobretudo nos anos 1870 e 1880, quando surge, toma corpo avança o movimento social pela abolição da escravatura.

4.

Há muito a correspondência ativa de Joaquim Nabuco já é de conhecimento público. Suas *Cartas a amigos*, distribuídas em dois volumes, apareceram em 1949 em edição de suas *Obras completas* organizada pela filha Carolina Nabuco para o Instituto Progresso Editorial. A correspondência ativa de André Rebouças, por sua vez, ainda não foi compilada, transcrita, editada e publicada em sua totalidade, encontrando-se, assim como grande parte dos seus escritos, dispersa em arquivos de instituições diversas. O que se conhece dessa correspondência são fragmentos citados e trabalhados, sobretudo dos anos 1880 para cá, por pesquisadores como Joselice Jucá (2001), uma das pioneiras no resgate crítico do engenheiro negro com sua tese de doutorado defendida em Essex em 1986, e Hebe Mattos (2013). Aquilo que Rebouças endereçou a Nabuco, que constituiria a totalidade – duvidosa, certamente – de sua correspondência, encontra-se hoje sob a guarda da Fundação Joaquim Nabuco, graças, inclusive, ao empenho de Jucá, que ali atuou durante vários anos até a sua morte prematura em 1995. Também ali se encontram os 19 diários originais de Rebouças que, ao lado das cartas, constituem o Acervo Rebouças na FUNDAJ.

Ao todo, são 36 cartas que remetidas por Rebouças a Nabuco a partir de lugares diversos: do Rio de Janeiro, quando Nabuco estava em Londres como embaixador do Brasil, ou de Lisboa, quando Rebouças se encontrava na capital lusa – partira às pressas do Brasil, como se sabe, juntamente com a Família Imperial no dia 17 de novembro de 1889 – e Nabuco, por sua vez, já tinha regressado ao Brasil. Trata-se de um material de difícil leitura, quase ilegível, em função, obviamente, do tempo, de um apagamento natural da tinta, da manuscritura, não exatamente da caligrafia, muito cuidadosa, estetizada, como era comum, por sinal, entre letrados do século XIX. Esse material nos dá, em função dessas suas qualidades, a sensação de estarmos diante de um objeto instigante, materialmente arruinado, de índices de uma crise generalizada – histórica, política, econômica, cultural, existencial. Não são cartas prolixas, retóricas, exuberantes, tampouco, claro, fúteis, amenas, mas cartas sóbrias, despojadas, sinceras, perpassadas, geralmente, por uma triste ironia.

Ressalta-se nas cartas de Rebouças, sobretudo, um elegante silêncio, uma aridez discursiva, se não é razoável falar numa suspensão do discurso, ali num ambiente linguageiro onde se espera um discurso mais fluido, a informação minuciosa sobre o

que está acontecendo com o emissor da carta, elementos que possibilitem ao destinatário perceber o aqui-agora, o lugar, do amigo que lhe escreve. Nabuco, como se percebe nas cartas que remete a Rebouças, tinha uma certa obsessão em saber o que estava acontecendo com o amigo, sobretudo a partir do momento, 25 de março de 1892, quando este, desempregado na França e abatido pela morte de Pedro II em 5 de dezembro de 1891 em Paris, parte para a África. Ao expor sua inquietação, sua preocupação, seu assombro diante da decisão de Rebouças de partir para a África sem nada lhe informar, Nabuco acaba por acentuar, em carta de Paris, escrita dia 30 de junho de 1892, a complexidade do silêncio de André Rebouças. Ao amigo comum, Visconde de Taunay, Nabuco, lamentando o fato de Rebouças ter partido para a África sem se despedir, escreve no dia 27 de junho de 1892:

Quanto me comove a recordação do nosso Rebouças! Infelizmente, ele partiu sem mandar-me uma linha, não sei para onde escrever. Que elevação moral a desse homem! (...) [você] deve orgulhar-se da amizade dele nesta fase de sua vida e de estar no seu pensamento durante a longa noite de África de que ele um dia contará as belezas, eu o espero, com o entusiasmo com que falava antigamente das madrugadas de Petrópolis. (NABUCO, 1949, p. 212). (Acréscimo meu entre colchetes).

Tamanha emoção leva a organizadora das *Obras Completas* de Joaquim Nabuco, a já mencionada Carolina Nabuco, a escrever uma nota de rodapé com o objetivo de elucidar, sobretudo para o leitor dos anos 1950, quando a edição das cartas passou a circular, o personagem tão exaltado por Joaquim Nabuco. Tal elucidação bastante sintética, ao expressar um veio interpretativo simplista sobre Rebouças, acentua a complexidade hermenêutica do personagem, ou melhor: denuncia, antes de mais nada, o caráter hermenêutico dessa complexidade. Diz a nota:

André Rebouças, por gratidão à família imperial pelo decreto de 13 de Maio, fez-se o cortesão da desgraça. Acompanhou no exílio o Imperador e os seus, a bordo do *Alagoas*. Não quis voltar para o Brasil depois da República. Abandonou o cargo de lente catedrático da Escola Politécnica do Rio de Janeiro que exercia. Da Europa seguiu para a África, depois para a Ilha da Madeira, onde faleceu em 9 de maio de 1898. (Grifo da autora). (NABUCO In NABUCO, 1949, p. 212-213).

Pode-se dizer que esta nota resume e resolve, de modo superficial, um problema que Joaquim Nabuco, a sua maneira, aguça, tanto nas cartas que escreve a Rebouças quanto naquelas que escreve a amigos comuns na década de 1890, sugerindo, no mínimo, que se trata de problema enorme, que desafia a compreensão exatamente por não se reduzir à instância pessoal. A desgraça do cortesão não é, ao contrário do que informa Carolina Nabuco, a sua desgraça, a desgraça de um negro tampouco, mas a desgraça de um país, de uma história, e daí o distanciamento, a decisão radical de André Rebouças de deixar o Brasil e nunca mais voltar, de embrenhar pela África tão temida, ontem como hoje, lugar da suposta barbárie. De toda uma desgraça social decorre a desgraça de Rebouças, o seu desencantamento, sua solidão, sua depressão e, finalmente, o controverso suicídio no mar da Ilha da Madeira, episódio sobre o qual o Brasil, através de suas então autoridades, apenas foi informado em 09 de maio de 1898, não sendo possível, inclusive, afirmar, ao contrário do que diz a nota, que a morte se deu nesse mesmo dia.

Passível de ser percebido como natural, o notável contraponto sobre um mesmo objeto – André Rebouças – que a carta e a nota revelam é índice valioso da complexidade desse objeto, que precisa ser enfrentada criticamente, não apenas descrita, noticiada. A causa dessa complexidade não se encontra no próprio objeto, mas no sujeito, donde o objeto deriva afinal, o sujeito que acaba por estimular, assim, interpretações ambíguas, conflitantes, que nos dão, no fim das contas, a medida da complexidade de uma personalidade movida por um apurado, rigoroso, senso ético. Ao se ater a elementos internos, pertinentes ao ser, Joaquim Nabuco nos oferta uma dimensão de Rebouças, enquanto Carolina Nabuco, atendo-se a elementos externos, pertinentes à ação, logra nos ofertar uma outra dimensão do mesmo Rebouças. Não nos cabe escolher e defender como mais válida uma das interpretações, mas perceber que a crise humana do engenheiro negro, que culmina num desfecho tão trágico, resulta de uma decisão realmente radical: a de promover a unificação do “*onto*” e do “*ethos*”, do ser e da ação, de tal forma a configurar uma espécie de ação social racionalmente sentida, pode-se dizer, humanizante.

Nada disso, claro, poderia ser simples num contexto de acirramento das práticas capitalistas, em que o vale-tudo por dinheiro, que tão bem conhecemos hoje, estava se naturalizando como norma estruturante, socialmente lógica, de civilidade no mundo ocidental, com suas consequências altamente selvagens num país como o Brasil ainda movido pela mão de obra escrava. A rigor, a superprodutividade da ação capitalista, a exacerbação da lucratividade, acaba por impor, infelizmente, uma anulação do ser, mais até que o heideggeriano esquecimento do ser, com toda troca, toda negociação, passando a ser considerada possível, até mesmo a compra e venda de gente. André Rebouças, audacioso homem de negócios, que tomou para si a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento econômico do país, não poderia deixar de perceber e contestar, evidentemente, essa ação capitalista sem limites em virtude do seu ser, dos seus valores morais, étnicos, religiosos, políticos, culturais etc.

A interioridade de Rebouças, objetivamente marcada pela luta incansável do pai Antonio Pereira Rebouças por justiça social e pelos direitos civis dos escravizados, como se pode conferir a partir dos estudos de Keyla Grinberg (2002), é que o leva, paulatinamente, a resistir e, no limite, a romper com uma exterioridade dominada por uma elite branca de usurários escravocratas vestidos de republicanos que, para a sua infelicidade, acaba por subordinar a nação a seus interesses pessoais meramente financistas. Em carta a Joaquim Nabuco datada de 06 de julho de 1889, oito meses, portanto, depois da proclamação da república, diz o engenheiro:

Trabalharemos sempre à margem, como na Abolição... Tanto melhor! (...) Por aqui só tractam de dar dinheiro aos Fazendeiros, preparando uma Republica oligarchica e plutocratica. (REBOUÇAS, Correspondência, DOC 598)

A centralidade do dinheiro na condução do país, não apenas a mudança de uma forma de Governo para outra, de Monarquia para República, é o que realmente aterroriza André Rebouças a ponto de fazê-lo desistir do Brasil. O financismo republicano, com o qual se procura indenizar ricos escravocratas pela “perda” do direito às suas propriedades humanas, contribui decisivamente para o aprofundamento da desarmonia entre a interioridade de Rebouças e a exterioridade que lhe circunda,

entre a esfera do ser e a esfera da ação. Apenas aparentemente, sem dúvida, essa desarmonia, umbral da danação do sujeito, pode ser tomada como previsível desde o ano de 1880 quando, abatido pela morte do pai que ele tanto admirava, seu exemplo maior de conduta ética, como se percebe a partir do *Diário*, André Rebouças decide assumir integralmente a luta contra a escravidão dos negros.

Apesar de negro, de afrodescendente, Rebouças, como já está bastante esclarecido, não se torna abolicionista em função apenas de interesses pessoais, ainda que, no caso, sejam, no calor da hora e ainda hoje, altamente compreensíveis. A credibilidade de suas ações não só visíveis, como as grandes obras de engenharia civil e a organização do abolicionismo, mas também invisíveis, as chamadas “obras do espírito” – o pensamento, o magistério, os diálogos etc – se deve, em primeiro lugar, à racionalidade que as estrutura, à criticidade, à impessoalidade, ao distanciamento, enfim, a elementos característicos do campo científico. Tais elementos são responsáveis pela “distinção”, no sentido postulado por Pierre Bourdieu, de um sujeito social, garantem-lhe o respeito da parte daqueles que estão no mesmo campo, atores políticos, econômicos, científicos, culturais, institucionais, fazem dele, sobretudo, uma singularidade entre os homens e mulheres “de cor”.

Todavia, esses mesmos elementos são responsáveis, evidentemente, pela crise que acaba por acometer Rebouças, cujo desfecho – o suposto suicídio do engenheiro – não é mais significativo que o fecho, que o processo, para a compreensão da relação dos negros com o campo de produção de conhecimento científico no Brasil. A transição da “engenharia civil para a engenharia social”, conforme explorado por Alexandre Dantas Trindade (2004), constitui o núcleo problemático, meio que fadado ao fracasso, no trajeto de Rebouças à medida que implica uma brusca alteração em termos de ordenamento da razão. A efetivação do pressuposto da invenção de soluções para problemas práticos que define toda engenharia, como Gilberto Freyre (1987) lembrou em toada de dicionário no seu último livro publicado, não se processa em relação a pessoas com a mesma “racionalidade”, digamos, que se processa em relação às coisas, claro: inventar, praticar a engenharia, na esfera do social é mais difícil que inventar na esfera do civil, são paradigmas racionais diferentes que estruturam, desde as estranhas, as duas esferas complementares, certo, mas não exatamente iguais.

Naturalmente, André Rebouças não consegue inventar soluções propriamente ditas para os problemas sociais porque estes, ao contrário daqueles que encontra no seu ofício de engenheiro civil, não são problemas lógicos, matemáticos, mas problemas políticos, que, como tais, demandam ações políticas. Estas exigem, por sua vez, todo um movimento de compreensão, para lembrar Hannah Arendt (2008), muito difícil de se processar, sobretudo em função dos interesses divergentes defendidos pelos grupos de elite, o que culmina, na maioria das vezes, em obstáculos intransponíveis. Em carta a Nabuco datada de 07 de janeiro de 1890, diz Rebouças:

Nada de ilusões... O Militarismo foi a arma; mas o braço foi o escravagismo... era preciso ouvir o que diziam da Família Imperial os Escravocratas de Petrópolis; o Cynismo (...) e as alegrias, mal disfarçadas, mesmo a 15 de novembro. Agora o problema é salvar o Brazil das mãos dos sargentos de Deodoro (...), de inconscientes fanáticos de Auguste Comte (...)

A devoção à Família Imperial é um detalhe; o grande [*incompreensível*] é o nosso Brazil, expurgado de exploradores e monopolisadores de homens e de terra; - uma rica e prospera Suíça com uma democracia rural ocupando um continente inteiro.

Para essa obra santa não havia melhor operário que D. Pedro II. Foi no “Alagoas” que pude conhecê-lo, por inteiro, esse Bom Velho, que só posso comparar a meu Pai na simplicidade, na pureza e no entusiasmo pelo Justo, pelo Bom e pelo Bello (...). (REBOUÇAS, Correspondência, DOC 625).

O interesse da elite econômica em continuar auferindo grandes dividendos acaba por constituir o obstáculo intransponível ao desenvolvimento social do Brasil que passa, para Rebouças, pela democratização do acesso à terra, um dos rasgos mais originais, como se sabe, do pensamento crítico sobre o país. Esta, como as demais cartas do exílio remetidas a Nabuco, permite-nos perceber o fundamento humanista, derivado do Iluminismo europeu, que podemos tomar como o elemento que medeia a “práxis” de Rebouças e, no limite, acaba por impedi-lo de aprovar a ação dos republicanos sobretudo porque, como poucos, soube compreendê-la em sua gravidade, ou seja, em sua relação com escravagismo. A desilusão de Rebouças com o país deriva exatamente de uma percepção aguda do presente histórico alcançada, por sua vez, em virtude da sua origem paterna, resultante do cultivo de valores éticos inegociáveis.

Tal situação soa contraditória, evidentemente, em face da racionalidade, do senso de imparcialidade, que distinguia o engenheiro negro, podendo ser pensada, por outro lado, como profunda dificuldade, que culminará em impossibilidade, de separação entre ser e ação, entre o que se é e o que se faz, entre as esferas do “*onto*” e do “*ethos*”, portanto. Negando-se a negociar com republicanos sanguinários e corruptos, deixando o país juntamente com a Família Imperial, partindo para o exílio voluntário e se recusando terminantemente a voltar ao seu país, Rebouças nos estimula a colocar em questão sua própria racionalidade, a caracterizá-la de modo mais criterioso, procurando desvendar seus elementos autênticos, pertencentes a um determinado sujeito. Até que ponto essa racionalidade teria sido, desde o início, uma contradição em termos, incompatível com o próprio sujeito, situação de que o próprio sujeito só se dá conta no desfecho do processo histórico em que esteve imerso?

As cartas de André Rebouças a Joaquim Nabuco não são apenas um documento valioso sobre a história do país no fim do século XIX, mas também um registro sobre a experiência de pensamento de um afro-brasileiro, não são importantes apenas para a história geral, mas também para uma história específica, uma história das ideias negras, digamos. Neste caso, sua importância aumenta em função de aspectos formais, das lacunas discursivas que contêm, da precariedade semântica que enunciam, de toda uma natureza enigmática, enfim, de elementos que constituem uma identidade estilística, que nos estimulam a entrever, em meio às palavras, uma existência conflituosa. Documentos históricos imprecisos, evidentemente, desprovidos de grandes narrativas factuais, essas cartas são registros precisos de uma certa impossibilidade de narrar totalmente, de dizer tudo, que denota a situação crítica do sujeito, seu mal-estar na história.

Essa impossibilidade de narrar totalmente, essa precariedade narrativa, é, nas cartas de Rebouças, o modo como se configura uma narrativa que, inclusive, não se empenha na abordagem do próprio sujeito, contrariando a expectativa do destinatário Nabuco, como se o sujeito não fosse, para si mesmo, o mais importante. Rebouças trata, frequentemente, da abolição, da república, do Imperador Pedro II, do próprio e da justiça divina, numa escrita sempre desviante, descontínua, falhada, pode-se dizer, que nos sugere uma escrita de si a se efetivar negativamente, a partir do que não é exatamente o sujeito, do que corresponde ao lado de fora do sujeito, de tudo aquilo que complica o seu estar no mundo, que o oprime, que o dilacera, que o desencanta.

Assim mesmo é que essas cartas podem ser percebidas a partir da perspectiva do ensaio tal qual pensado por Theodor Adorno (1994), ou seja, um tipo de escrita que denuncia, em sua própria forma, a crise do sujeito vitimado pelo projeto de modernização executado segundo a racionalidade iluminista. Essas cartas são, pode-se pensar, o movimento terminal, sóbrio, desse ensaio-vida, profundamente antagônico, que a correspondência e os diários de Rebouças, sujeito-objeto negro animado pelos ideais iluministas, acabam por configurar.

Nota

¹ Texto publicado sob o título de “Cartas a Nabuco: o ensaio como crise em André Rebouças” no livro *O ensaio negro ibero-americano em questão: apontamentos para uma possível historiografia*, organizado por Rodrigo Vasconcelos Machado, publicação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. In: *Sociologia*. In: *Sociologia*. Org. Florestan Fernandes. Trad. Flávio R. Kothe et. al. São Paulo: Ática, 1994.

ARAÚJO, Emmanoel. Arqueologia de uma cultura soterrada. Entrevista a Anelito de Oliveira. In: www.buala.pt Acesso: 27 de novembro 2015.

ARENDT, Hannah. Compreensão e política (As dificuldades da compreensão). In: *Compreender: formação, exílio e totalitarismo. Ensaios (1930-1954)*. Org. Jerome Kohn. Trad. Denise Bottmann. São Paulo/Belo Horizonte: Companhia das Letras/Editora UFMG, 2008.

BADIOU, Alain. *Para uma nova teoria do sujeito: conferências brasileiras*. Trad. Emerson Xavier da Silva e Gilda Sodré. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 2ª ed.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 16ª ed.

BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Trad. Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRUSANTIN, Beatriz; BARBOSA, Virgínia; CAMPOS, Eduardo. André Rebouças, Joaquim Nabuco e abolição: algumas correspondências. In: *Anais IV Colóquio de História*. Recife: Unicap, 2010.

- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj, 1998.
- COSTA, Wilma Peres. A atualidade de André Rebouças. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 14, n. 40, p. 173-175.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora/PUC Rio, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- FREYRE, Gilberto. *Homens, engenharias e rumos sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- GRINBERG, Keyla. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e Direito Civil no Tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- HUSSERL, Edmund. *Meditações cartesianas: introdução à Fenomenologia*. Trad. Frank de Oliveira. São Paulo: Madras, 2001.
- JUCÁ, Joselice. *Reforma e utopia no contexto do Segundo Império: quem possui a terra possui o homem*. Rio de Janeiro: Odebrech, 2001.
- MATTOS, Hebe. André Rebouças e o Pós-abolição: entre a África e o Brasil (1888-1898). *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: ANPUH Brasil, 2013.
- NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.
- NABUCO, Joaquim. *Cartas a amigos*. Org. Carolina Nabuco. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.
- NEVES, Luciana Rumão. *Memória e esquecimento: André Rebouças para o movimento negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Unirio, 2014.
- REBOUÇAS, André. Correspondência. Arquivo Fundação Joaquim Nabuco, Recife (PE).
- REBOUÇAS, André. *Agricultura Nacional: estudos econômicos, propaganda abolicionista e democrática*. Rio de Janeiro: A. J. Lamoureaux, 1883.
- SCHUELER, Alessandra Frota M. de, PINTO, Rebeca Natacha de Oliveira. Intelectuais negros e reformas sociais: pensamento e projetos educacionais do professor André Pinto. In: *Anais eletrônicos do IX Seminário Nacional de estudos e pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil*. João Pessoa: UFPB, 2012.
- SPIVAK, Gayatri. Can the subaltern speak? In: *A critique of post-colonial reason: toward a history of the vanishing present*. New York: Harvard University Press, 1999.
- TRINDADE, Alexandro Dantas. *André Rebouças: da engenharia civil à engenharia social*. Campinas: Unicamp, 2004. (Tese de doutorado).
- VERÍSSIMO, Ignácio José. *André Rebouças através de sua Auto-biografia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.
- VERÍSSIMO, Ignácio José; FLORA, Ana (Orgs). *André Rebouças – Diário e Notas Auto-biográficas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.
- VIEIRA, Nivea Silva. André Rebouças: o intelectual orgânico dos negociantes. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: ANPUH Brasil, 2013.

WILLIAMS, Raymond. *A política e as letras: entrevistas das New Left Review*. Trad. André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

WILLIAMS, Raymond. *A produção social da escrita*. Trad. André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

* Doutor em Letras pela USP, professor de literatura brasileira e de literaturas africanas de língua portuguesa, ensaísta, ficcionista e poeta com mais de dez títulos publicados, Anelito de Oliveira foi também editor responsável pelo *Suplemento Literário Minas Gerais*. Dentre suas publicações como crítico destacam-se, entre outros, *O clamor da letra: elementos de ontologia, mística e alteridade na obra de Cruz e Sousa* (2006), *A aurora das dobras: introdução à barroquidade poética de Affonso Ávila* (2013) e *Do sigiloso* (2021).